

Central quer política industrial com enfoque no trabalho

págs. 6/7



As centrais e os movimentos sociais realizaram manifestação em frente ao Banco Central reivindicando a redução rápida dos juros

Trabalhador conquista AUMENTO REAL, apesar da redução da atividade econômica.....págs. 8/9



ENTREVISTA:

Claudio Dedecca, da Unicamp, fala sobre a relação dos trabalhadores com o governo

.....pág. 3

Instâncias estaduais apresentam propostas para o trabalho decente

.....pág. 11



FUNDADOR: Luiz Antonio de Medeiros
PRESIDENTE: Paulo Pereira da Silva (Paulinho)
SECRETÁRIO-GERAL: João Carlos Gonçalves (Juruna)
TESOUREIRO: Luiz Carlos Motta

DIRETORIA EXECUTIVA:

Melquíades Araújo, Miguel Eduardo Torres, Antonio de Sousa Ramalho, Eunice Cabral, Almir Munhóz, João Batista Inocentini, Paulo Ferrari, Levi Fernandes Pinto, Luiz Carlos Pedreira, Abraão Lincoln, Wilmar Gomes Santos, Terezinho Martins, Ivandro Moreira, Maria Augusta S. Marques, Sérgio Luis Leite (Serginho), Valclécia Trindade, Edson Geraldo Garcia, Francisco Sales, Miguel Padilha, Minervino Ferreira, Nilton Souza Silva (Neco), Herbert Passos, Antonio Vitor, Mônica O. Lourenço Veloso, Geraldo Santos Silva, Oscar Gonçalves, Carlos R. Malaquias, Luciano M. Lourenço, Nelson Silva de Souza, Antonio Farias, Cicero Firmino (Martinha), José Pereira, Ari Alano, João Peres Fuentes, Arnaldo Gonçalves, Cídia Fabiane C. Santos, Elvira Berwian Graebin, Paulo Zanetti, Cláudio Magrão, Maria Auxiliadora, Maria Susicléia, Jeferson Tiego, Francisca Lea, Gleides Sodré Almazan, Vilma Pardiniho, Adalberto Galvão, Maria Rosângela Lopes, Ruth Coelho, Raimundo Nonato, Severino Augusto da Silva, Lourival F. Melo, José Lino, Mara Valéria Giangiullio, Evandro Vargas dos Santos, Neusa Barbosa, Reinaldo Rosa, Defendente F. Thomazoni, Antonio Silvan, Valdir Lucas Pereira, Antonio Johann, Carlos Lacerda, Ezequiel Nascimento, Leodegário da Cruz Filho, Elmo Silvério Lescio, Daniel Vicente, Walzenir Oliveira Falcão, Manoel Xavier, Valdir Pereira, Mauro Cava, Milton Batista (Cavalo), Núncio Mannala, Luis Carlos Silva Barbosa, Moacyr Firmino dos Santos

CONSULTORIA: Luiz Fernando Emediato

ASSESSORIA POLÍTICA: Antonio Rogério Magri, Hugo Perez, João Guilherme Vargas, Marcos Perito



DIRETOR RESP.: João Carlos Gonçalves (Juruna)
JORNALISTA RESP.: Antônio Diniz (MTB: 12967/SP)
EDITOR DE ARTE: Jonas de Lima
REDAÇÃO: Dalva Ueharo e Val Gomes
ASSIST. DE MARKETING: Rodrigo Telmo Lico

FORÇA MAIL: Antônio Diniz

O JORNAL DA FORÇA SINDICAL é uma publicação mensal da central de trabalhadores FORÇA SINDICAL
Rua Rocha Pombo, 94 - Liberdade - CEP 01525-010
Telefone: (11) 3348-9000 - São Paulo - SP - Brasil
www.fsindical.org.br - www.twitter.com/centraisindical

ESCRITÓRIO NACIONAL DA FORÇA SINDICAL EM BRASÍLIA:
SCS (Setor Comercial Sul) - Quadra 02 - Ed. Jamel Cecílio
3º and. - Sala 303 - ASA Sul - 70302-905
Fax: (61) 3037-4349 - Telefone: (61) 3202-0074

FOTOS DA CAPA: JAÉLCIO SANTANA / ARQUIVO FORÇA/GO

FORÇA SINDICAL NOS ESTADOS (PRESIDENTES)

ACRE: Luiz Anute dos Santos
ALAGOAS: Albegemar Casimiro Costa
AMAPÁ: Maria de Fátima Coelho
AMAZONAS: Vicente de Lima Fillizola
BAHIA: Nair Goulart
CEARÁ: Raimundo Nonato Gomes
DISTRITO FEDERAL: Epaminondas Lino de Jesus
ESPÍRITO SANTO: Alexandre Martins Costa
GOIÁS: Rodrigo Alves Carvelo
MARANHÃO: José Ribamar Frazão Oliveira
MATO GROSSO: Manoel de Souza
MATO GROSSO DO SUL: Idelmar da Mota Lima
MINAS GERAIS: Rogério Fernandes
PARÁ: Ivo Borges de Freitas
PARAÍBA: José Porcino Sobrinho
PARANÁ: Sérgio Butka
PERNAMBUCO: Aldo Amaral de Araújo
PIAUÍ: Fabrício Dourado Gonsalles
RIO DE JANEIRO: Francisco Dal Prá
RIO GRANDE DO NORTE: Francisco de Assis Torres
RIO GRANDE DO SUL: Cláudio R. Guimarães Silva (Janta)
RONDÔNIA: Antonio do Amaral
RORAIMA: Manoel Antonio dos S. Santana
SANTA CATARINA: Osvaldo Olavo Mafra
SÃO PAULO: Danilo Pereira da Silva
SERGIPE: Willian Roberto Cardoso Arditti
TOCANTINS: Carlos Augusto Melo de Oliveira

EDITORIAL

Política industrial com valorização do trabalho

Acabamos de realizar um protesto em frente à sede paulista do Banco Central reivindicando o corte drástico e rápido na taxa de juros, um dia antes de o governo reduzir a Selic para 11%. A intenção foi boa, porém esperávamos um corte bem maior.

Esta luta, junto com a batalha para disciplinar as importações, faz parte de um grande movimento dos trabalhadores ligados às centrais sindicais por uma política industrial que promova o desenvolvimento nacional, sustentado na democracia, na soberania e na valorização do trabalho.

Queremos mudanças na política econômica capazes de acelerar o crescimento econômico e valorizar os salários para a po-



Paulo Pereira da Silva (Paulinho)
Presidente da Força Sindical

pulação aumentar o consumo. Mais gente comprando, conduz as empresas a elevar a produção e contratar mais trabalhadores.

Foi isso que garantiu a sobrevivência do país no final de 2008, quando explodiu a crise financeira internacional nos Es-

tados Unidos. O então presidente Lula priorizou os salários, o crédito e o mercado interno.

Dias atrás, o governo federal lançou um pacote de redução de tributos para ativar a economia diante do agravamento da crise externa que poderá desacelerar a economia em 2012. As medidas são boas, porém devem ser complementadas com outras iniciativas, como aumentar a competitividade das empresas no país, além, é claro, da redução dos juros.

No que toca aos trabalhadores, o movimento sindical defende a manutenção da política de aumento real para o salário mínimo, ampliação da oferta de crédito para o consumo popular e execução de programas de qualificação profissional.

ARTIGO

Só o voto mudará nossa realidade



João Batista Inocentini,
presidente do Sindnap

Os aposentados, pensionistas e, principalmente, idosos que não têm mais a obrigação do voto precisam mais do que nunca participar do processo eleitoral e defender os candidatos que realmente têm compromisso com os aposentados no ano que vem.

Apesar de ser uma eleição municipal, ela terá um importante significado para os aposentados. O primeiro deles é demonstrar a nossa insatisfação com os rumos da política para idosos no país; e o segundo é que os problemas dos idosos começam no próprio município, em nossas calçadas mal arrumadas, nos hospitais municipais, nos transportes e terminam no reajuste em Brasília.

E, terceiro, está na hora de os aposentados mostrarem o poder de seu voto ao país para me-

lhorar a qualidade de vida nas grandes e pequenas cidades.

Não dá mais para agüentar os descasos dos governos com os aposentados e idosos. Devemos escolher candidatos sérios, éticos e comprometidos com a nossa causa.

Quem vai a Brasília com frequência percebe como o deputado Paulinho da Força encontra enormes dificuldades para nos defender, nos representar. É preciso mais. Nas eleições do ano que vem podemos formar uma grande bancada de defensores dos aposentados que irá se refletir depois nas eleições estaduais e federais. Aí sim teremos muito mais força nas negociações em todas as esferas de poder.

Cabe a nós a tarefa de escolher nossos representantes com o propósito de pensar esta nova realidade. Por isso, companheiras e companheiros, vamos às urnas em 2012 mostrar que os "caras enrugadas" também podem mudar este país.

Feliz Natal e próspero Ano Novo!

O desafio é gerar emprego e elevar SALÁRIO

Jornal da Força Sindical – A crise européia pode atingir os trabalhadores brasileiros que conquistaram uma política de recomposição do salário mínimo, crescimento econômico e aumento do emprego?

Claudio Dedecca – O Brasil tem resistido bem à crise internacional, em razão de ter sabido aproveitar a oportunidade de fomentar o mercado interno a partir dos estímulos da expansão da economia internacional até 2008. O Governo Lula retomou o papel do Estado como indutor do desenvolvimento, reativando as políticas industrial, agrícola e de infraestrutura conjuntamente com a ampliação das políticas sociais. A política de valorização do salário mínimo se constituiu em um dos instrumentos mais relevantes dessa estratégia. Caso haja uma continuidade da situação de crise européia, o crescimento brasileiro deverá ser afetado, por não ser possível que ele sobreviva em um cenário internacional adverso nos próximos anos. As políticas de salário mínimo e sociais poderão ser sustentadas, mas com progressiva restrição e risco de perda de legitimidade social.

Força – Na sua opinião, qual deve ser a postura dos trabalhadores e do movimento sindical diante das dificuldades que o país pode enfrentar?

Dedecca – É fundamental que os trabalhadores e o movimento sindical lutem por melhores empregos e salários, entendendo que essa briga deles exige participação da discussão das políticas industrial, agrícola, de infraestrutura e sociais. É importante lembrar que tanto o Fundo de Amparo ao Trabalhador como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço financiam a economia e, portanto, cabe aos trabalhadores e sindicatos dizerem o melhor modo como esse financiamento pode gerar emprego, trabalho, renda e bem-estar para a população brasileira.

Força – Pode-se perder direitos já conquistados?



Arquivo Unicamp

Claudio Dedecca

Professor Titular em Economia do Trabalho e Social, Instituto de Economia da Unicamp

Valorizar o trabalho foi fundamental para dar sustentação ao mercado interno no momento mais agudo da crise. Como abandonaram esta política, os EUA não tiveram lastro para proteger a produção e o mercado de trabalho

Dedecca – Sempre é possível, mas parece pouco provável se considerado o contexto político presente no país. O crescimento recente mostrou que trabalho e capital ganham com um arranjo institucional fundado em maior justiça social. Ou melhor, que é possível crescer, distribuir riqueza e dar proteção social.

Força – Em que o governo Dilma pode ser melhor para o povo em geral e para o trabalhador em particular do que a administração passada (governo Lula)?

Dedecca – As tarefas do Governo Dilma são mais complexas e difíceis, de certo modo, quando comparadas às realizadas pelo Governo Lula. O governo atual tem que transformar crescimento em desenvolvimento, processo que não ocorrerá de modo espontâneo. Há necessidade de planejamento e estratégia de longo prazo, que impõe mudança do

Estado, convencimento e envolvimento dos atores sociais, participação política da sociedade e do Congresso. O governo começou bem, pautando o combate à pobreza, a sustentação da produção e do emprego e a política industrial como eixos estratégicos.

Força – Como a sociedade pode assegurar a continuidade do caminho do desenvolvimento brasileiro?

Dedecca – É fundamental que seja construída uma agenda de longo prazo. A política de valorização do salário mínimo é um bom exemplo. Ao invés de se reivindicar uma solução imediata para o salário mínimo, se pactuou um processo de médio prazo e seguro. O programa Brasil sem Miséria é outro exemplo, ao se reconhecer que o fim da pobreza levará tempo e é complexo, estabelecendo uma primeira etapa da política visando erradicar aquela de natureza extrema. Poderia-se pensar algo semelhante para a redução da jornada de trabalho. Um acordo que garantisse uma jornada de trabalho de 40 horas semanais ao final da década, com reduções anuais previamente estabelecidas.

Força – As centrais sindicais defendem que o desenvolvimento do país tem de levar em conta a valorização do trabalho. Esta visão está correta?

Dedecca – Corretíssima. A estratégia de crescimento brasileiro buscou valorizar o trabalho, gerando empregos formais e elevando os salários. Ela foi fundamental para dar sustentação ao mercado interno no momento mais agudo de crise. Ao contrário, os EUA abandonaram o emprego e os salários durante o período de bonança, quando veio a crise não tinham lastro interno para proteger a atividade produtiva e o mercado de trabalho. Mesmo sendo chato, a situação favorável do Brasil facilita o enfrentamento dos desafios econômicos e sociais que o país se defronta, mas não os torna coisa do passado.

Novas regras são contestadas pelos trabalhadores

Os aposentados e trabalhadores estão decepcionados com a resolução normativa 279 da Agência Nacional de Saúde (ANS) que assegura às pessoas demitidas das empresas e aos aposentados a manutenção do plano empresarial com a cobertura idêntica à vigente durante o contrato de trabalho. É que a resolução mantém o critério de reajuste do plano de acordo com a faixa etária, o que pode aumentar a mensalidade em até cinco vezes.

A resolução, que entrará em vigor em fevereiro de 2012, vai beneficiar a pessoa demitida sem justa causa desde que tenha contribuído para o pagamento do plano de saúde. Ela poderá permanecer no plano de saúde por um período equivalente a um terço do tempo em que foram beneficiários dentro da empresa, respeitando o limite mínimo de seis meses e máximo de dois anos.

Já os aposentados que contribuíram por mais de dez anos podem manter o plano de saúde pelo tempo que desejarem.

Quando o período for inferior, cada ano de contribuição dará direito a um ano no plano coletivo, depois da aposentadoria.

Violência

Arnaldo Gonçalves, secretário Nacional de Saúde e Segurança da Força Sindical, afirmou que a resolução é uma violência com as pessoas em fase de aposentadoria, porque vai funcionar como uma espécie de filtro. Os aposentados poderão ficar no plano pelo tempo que desejarem, se tiverem mais de dez anos de contribuição, o que vai beneficiar pouca gente por causa da alta rotatividade da mão de obra brasileira. “Estamos nos sentindo enganados”, indigna-se.

Carlos Andreu Ortiz, presidente do Sindicato dos Aposentados-SP, reclamou que o país está envelhecendo sem dar condições dignas aos idosos. O diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Carlos de Oliveira, o Luizinho, esclarece: “O valor do pagamento aumenta com a idade do trabalhador e pode chegar a 3, 4 e até 5 vezes o valor da parcela paga pelo trabalhador quando na ativa”.

Reginaldo Muniz Barreto, supervisor da área de educação do Dieese, destacou a injustiça para com os idosos. “As operadoras de planos de saúde recebem as contribuições do trabalhador por 20, 30 anos e quando ele mais precisa, tem que sair”.



Ortiz denuncia que os idosos não são tratados com dignidade

Arquivo Força Sindical

AUTONOMIA SINDICAL E O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Surpreendeu e causou perplexidade a recente Notificação Recomendatória da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical – CONALIS, do Ministério Público do Trabalho a propósito da ação da organização sindical no



Melquiades de Araújo, presidente Fetiasp

junto ao empregador ao invés de reivindicar a organização nos locais de trabalho. O artigo 11 da Constituição, fora de qualquer dúvida, foi um grande equívoco, até porque não garantiu o emprego do representante. O socorro que veio do Tribunal Superior do Trabalho supõe decisão proferida em dissídio coletivo e sua instauração hoje condiciona-se ao “comum acordo” entre as partes conflitantes.

Preendeu-se que devam atuar no sentido de disciplinar a representação dos empregados mediante negociações coletivas.

O Ministério Público acena para sua prerrogativa de defesa dos interesses coletivos e invoca o artigo 127 da Constituição Federal. Todavia, o texto constitucional deve ser lido conjuntamente com o inciso III do artigo 8º que assegura ao sindicato a defesa dos interesses coletivos da categoria e também seu inciso VI que lhe outorga monopólio negocial. Os interesses coletivos são definidos pela assembleia geral, ou seja, pelo conjunto dos trabalhadores interessados, num processo democrático. O sindicato personifica a categoria e atua para a concretização das deliberações tomadas construindo a convenção coletiva reconhecida pelo artigo 7º, inciso XXVI do Diploma. Logo não existe competência concorrente, e no caso, a determinação dos interesses coletivos e sua defesa só cabem aos sindicatos.

De outra parte quando o Ministério Público do Trabalho determina aos sindicatos como proceder nas negociações, fora de qualquer dúvida, atropela a autonomia duramente conquistada e inscrita no mesmo dispositivo e em seu inciso I. Nítida a ingerência ministerial na ação sindical.

Não é tudo. A autonomia é decorrência lógica da democracia e no caso, importa saber se os trabalhadores, ao contrário dos procuradores do trabalho, têm interesse em eleger um único representante apenas nas empresas com mais de duzentos empregados com atribuição única de promover o entendimento direto

do Trabalho supõe decisão proferida em dissídio coletivo e sua instauração hoje condiciona-se ao “comum acordo” entre as partes conflitantes.

A propósito, segundo levantamento do DIEESE/SEBRAE, com base nas Relações Anuais de Informações Sociais, tendo como referência o ano 2008, num conjunto de 2.134.511 empresas com empregados, somando 24.923.699 pessoas, apenas 51.374 eram de porte médio e grande, empregando 11.896.466 trabalhadores, enquanto 2.083.137 eram micro e pequenas empresas com um contingente de 13.027.233 empregados. Por isto é que se diz que a representação interna foi um grande equívoco. Demais disso, o que um representante pode intermediar junto ao empregador são pequenas reivindicações e queixas. Ao contrário, a organização nos locais de trabalho é ampla e realiza plenamente o que a Constituição inscreveu no inciso III do artigo 8º, logo, defesa de todo e qualquer direito ou interesse, de toda a categoria.

O Ministério Público do Trabalho e especialmente o CONALIS deve ser parceiro da organização sindical para impedir a continuação das práticas antissindicalistas, especialmente a farta concessão do interdito proibitório, a ação da polícia na defesa do empregador negando o direito constitucional de greve. E para tanto indispensável o diálogo antes de editar uma notificação que mais do que recomendatória chega armada com ameaça de punição.

Sugerimos assim o diálogo que naturalmente deve ter a precedê-lo a suspensão da notificação, sem o que as centrais juntamente com as confederações devem avaliar a constitucionalidade da medida.

UMA TRAGÉDIA NACIONAL!

Os números de acidentes de trabalho no Brasil são assustadores e refletem o descaso dos empresários com as normas de segurança e com a saúde de seus empregados. Segundo o Anuário Estatístico da Previdência Social, foram registrados 701.496 acidentes, lesões e doenças de trabalho com 2.712 mortes no Brasil em 2010.

O total de acidentes e doenças no trabalho diminuiu, mas ainda coloca o País, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), na quarta colocação mundial em número de acidentes fatais. Segundo dados do governo federal, os acidentes e doenças do trabalho custam, anualmente, R\$ 10,7 bilhões aos cofres da Previdência Social, por meio do pagamento do auxílio-doença, auxílio-acidente e aposentadorias.

O Tribunal Superior do trabalho (TST) divulgou uma "Carta de Brasília sobre Prevenção", na qual alerta que acidentes de trabalho são previsíveis e evitáveis, "razão pela qual prevenção e gestão de riscos constituem investimento, enquanto reparação de danos implica prejuízo".

Ações regressivas

A Advocacia Geral da União representa o INSS em ações regressivas contra empresas que não cumprem as normas de segurança, para ressarcir as despesas que a Previdência teve com os afastados por motivo de doença profissional ou acidente de trabalho.

Para Gilberto Almazan, presidente do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (Diesat), o movimento sindical precisa se preparar tecnicamente "para conhecer os riscos de cada categoria, ajudar na prevenção, no preparo político da militância para participar das CIPAs e da organização dos trabalhadores nos locais de trabalho".

O diretor da Força Sindical, Luis Carlos de Oliveira, informa que os cipeiros metalúrgicos de São Paulo reivindicam mais tempo livre para o desenvolvimento de ações preventivas. O secretário de Saúde e Segurança do Trabalho da Força Sindical, Arnaldo Gonçalves, lembrou que no Brasil uma pessoa morre a cada 3,5 horas de jor-



Arnaldo: "Uma pessoa morre a cada três horas e meia de jornada"



Luis Carlos: mais tempo livre para o desenvolvimento de ações preventivas



Scaboli: "Departamentos de saúde e segurança em todos os segmentos"

nada diária. "Mas o movimento sindical, empresários e governo estão atualizando e criando normas de proteção".

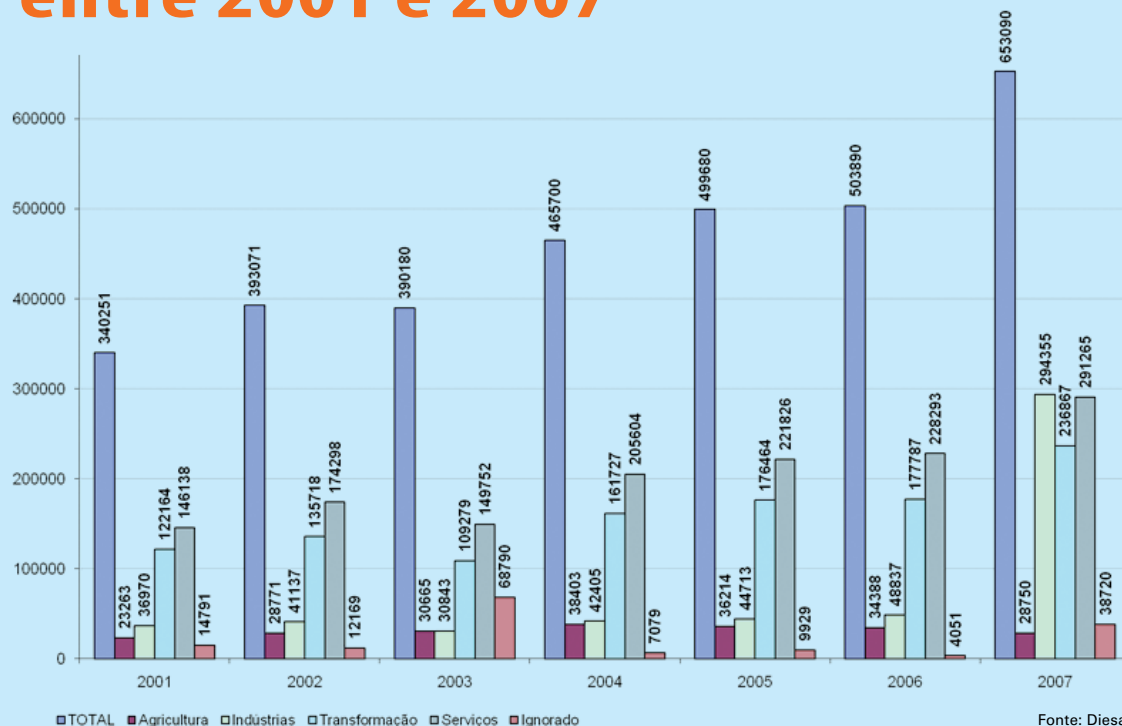
Relações de trabalho

"Precisamos de departamentos de saúde e segurança em todos os segmentos", opina João Donizeti Scaboli, diretor da Federação dos Químicos do Estado de São Paulo, citando como avanços as convenções coletivas que reduziram os acidentes

na indústria de plástico e o banimento do benzeno na fabricação do álcool.

Para o médico do trabalho Zuher Handar é preciso vencer o risco do estresse e das doenças e transtornos mentais, que têm afetado um grande número de trabalhadores em todos os setores. "A precarização das relações de trabalho, o aumento da jornada de trabalho, a prática de horas extras, terceirização e a quarterização também são grandes desafios a serem superados", afirma.

Total de acidentes registrados entre 2001 e 2007



Fonte: Diesat

Propostas para impedir que

ENTREPOSTO COMERCIAL

Impedir que o Brasil volte a ser um mero entreposto comercial constitui-se hoje num dos principais objetivos do movimento sindical e a razão de ser de manifestações e movimentos de pressão por uma política industrial que promova o desenvolvimento nacional, sustentado na democracia, na soberania e na valorização do trabalho. Por isso, as centrais sindicais e os movimentos sociais reivindicam do governo federal mudanças na política econômica capazes de acelerar o crescimento econômico e valorizar os salários para o povo manter o consumo popular em alta, como propôs a presidenta da República, Dilma Rousseff.

Em resumo, os setores que investem na produção querem a redução drástica da taxa de juros (Selic), corte de tributos, medidas para aumentar a competitividade da indústria instalada no país e iniciativas para disciplinar as importações. No que toca aos trabalhadores, o movimento sindical defende a manutenção da política de aumento real para o salário mínimo, a manutenção da oferta de crédito para o consumo popular e execução de programas de qualificação profissional.

Assim, dias atrás os trabalhadores empunharam estas bandeiras numa manifestação realizada na avenida Paulista, em São Paulo. Em frente ao prédio do Banco Central, eles e os movimentos sociais re-



Paulinho reivindica redução dos juros para aumentar a produção, o consumo e o nível de emprego em ato na avenida Paulista

forçaram a reivindicação de redução da taxa básica de juros (Selic), que caiu para 11%.

“Baixar os juros é fundamental para aumentar a produção, o consumo e o nível de emprego no país”, afirma Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força Sindical. O secretário geral da Central, João Carlos Gonçalves, o Juruna, defende um Estado que seja indutor, regulador e fomentador de uma política industrial, na linha do Plano Brasil Maior.

“Com o acréscimo das nossas reivindicações, especialmente a valorização do trabalho e dos salários, assim como a distribuição de renda”, assinala o sindicalista, acrescentando: “O Brasil tem de pro-

duzir e exportar mercadorias com conteúdo tecnológico e com alto valor agregado e não regredir aos anos em que era um apenas importador de produtos industriais e exportador de bens primários”.



Miguel: as importações impediram a criação de 100 mil postos de trabalho

Disciplinar importações

“Precisamos disciplinar as importações, que já impediram a criação de cerca de 100 mil postos de trabalho na cadeia automotiva no ano passado”, lamenta o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Miguel Torres, ao destacar ainda que a participação da indústria de transformação no PIB caiu de 27,2% na década de 80 para 15,9% em 2010. Para superar este problema, o dirigente metalúrgico sugere mudanças na medida provisória 540, que estabelece que os veículos automotores fabricados no Brasil tenham, no mínimo, 65% de conteúdo regional (produzido no Mercosul).

O BRASIL volte a ser um

Torres defende aumento do percentual para 80%, pois corresponderia a um índice efetivo de 36% de conteúdo nacional de peças no total do veículo fabricado no país. A preocupação com a desindustrialização chegou também no setor químico. O presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas no Estado de São Paulo (Fequimfar), Sérgio Luiz Leite, o Serginho, defende incentivos à produção mediante o corte de tributos e introdução de contrapartidas sociais para as empresas confirmarem investimentos de R\$ 167 bilhões. “Porém, o déficit comercial estimado em US\$ 24 bilhões este ano poderá comprometer o plano de investimentos”, alerta Serginho. “Queremos também a efetivação dos conselhos de competitividade”, completa a presidenta do Sindicato dos Brinquedos de São Paulo, Maria Auxiliadora dos Santos.

“Cortar tributos e dar crédito à população são iniciativas

importantes para manter o consumo em alta desde que sejam estabelecidas medidas de interesse do trabalhador, como criação de empregos e aumento da renda”, condiciona o presidente da Federação dos

Trabalhadores nas indústrias da Alimentação do Estado de São Paulo, Melquíades de Araújo, ao lembrar o caso recente do frigorífico JBS, que, apesar de receber recursos públicos a juros baixos, demitiu 1,3 mil funcionários da unidade de Presidente Epitácio, interior de São Paulo.

No setor têxtil e do vestuário, trabalhadores, empresários, deputados e senadores discutem uma redução de tributos para as cerca de 30 mil empresas do setor, responsáveis por 2,1 milhões de empregos, informou Eunice Cabral, presidenta da Confederação Nacional dos Trabalha-

dores nas Indústrias dos Setores Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (Conaccovest).

“Também queremos que o governo deflagre um combate sistemático ao contrabando e à pirataria”, enumera a dirigente.



Os trabalhadores, assim como os metalúrgicos da WHB, do Paraná, lutam pela redução dos juros e pela valorização do salário

Sistemas setoriais definidos como estratégicos pelo **PLANO BRASIL MAIOR**

- Sistemas da mecânica, eletroeletrônica e saúde;
- Sistemas intensivos em escala;
- Sistemas intensivos em trabalho;
- Sistemas do agronegócio: comércio, logística e serviços pessoais.

Fontes: Plano Brasil Maior e Dieese



Eunice propõe corte de tributos para as empresas têxteis e do vestuário

Mobilização leva à conquista



A pesar da crise financeira internacional e da redução da atividade econômica no país, os trabalhadores continuam a fechar acordos coletivos que garantem aumento real de salário e a reposição da inflação. É o caso

dos metalúrgicos, químicos, gráficos, comerciários, trabalhadores da alimentação e da construção civil e conferentes.

Os 800 mil metalúrgicos do Estado de São Paulo conquistaram reajuste salarial de 10%, índice que equivale a um

aumento real acima de 3%, informou o presidente da Federação Estadual da categoria, Cláudio Magrão de Camargo Cre. Para Miguel Torres, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, a vitória foi alcançada após muita mobilização nas fábricas e manifestações nas ruas.

Com o lema “Chegou a hora da onça beber água”, os metalúrgicos de Catalão-GO firmaram uma das melhores convenções coletivas do país, revelou o presidente do Simecat, Carlos Albino. Segundo o vice-presidente da entidade, Rodrigo Carvelo, os trabalhadores terão seus salários reajustados em 11%, dos quais 3,34% relativos a um ganho real.

Já os salários dos empregados na construção civil de Natal ganharam 15,25% de aumento na data-base, 1º de outubro, segundo informações do presidente do sindicato da categoria e da Força Sindical-RN, Francisco de Assis Pacheco Torres.

Magrão diz que a campanha foi vitoriosa porque houve mobilização nas fábricas e manifestações nas ruas

COMERCIÁRIOS

Cerca de 2 milhões de trabalhadores, representados por 60 sindicatos filiados à Federação dos Empregados no Comércio do Estado de São Paulo, fecharam a convenção coletiva. Os pisos foram reajustados em 10,5%, o que corresponde a um aumento real de 3,1 pontos percentuais e mais 7,4% relativos à inflação de setembro de 2010 a agosto deste ano. “Nossa principal estratégia foi fortalecer a campanha salarial por meio de encontros em



Jaélcio Santana

nossas oito regionais no estado”, informa Luiz Carlos Motta, presidente da Federação. Já os práticos de farmácias terão reajuste de 10,5%, com bom índice de aumento real.

QUÍMICOS

Os mais de 116 mil trabalhadores, representados por 33 sindicatos filiados à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas do Estado de São Paulo (Fequimfar), conquistaram reajuste de 9%, que representa 2,04% de aumento real pelo INPC estimado; piso salarial com reajuste de 10,11%, que representa 3,07% de aumento real pelo INPC estimado; e PLR de R\$ 730,00.

“Fizemos manifestações e 15 dias de paralisações de



Arquivo Força Sindical

advertência nas empresas para melhorias nas propostas econômicas”, diz Sérgio Luiz Leite, o Serginho, presidente da Fequimfar, para quem a luta dos químicos foi fundamental para o acordo.

de **AUMENTO REAL** de salário

As negociações para fechar a convenção coletiva dos metalúrgicos da Usiminas, na cidade de Ipatinga, Minas Gerais, chegaram a um impasse. O presidente do sindicato, Luiz Carlos Miranda, disse que a empresa se recu-

sou a reajustar os salários com base na variação integral do IPNC e mais 5% de produtividade.

Depois de cerca de um mês de greve, os confeiteiros do Porto de Itajaí, Santa Catarina, voltaram

ao trabalho. De acordo com presidente do sindicato dos confeiteiros, Laerte Miranda Filho, os 54 trabalhadores que estavam parados aceitaram a redução salarial e retornaram às atividades sem ter suas reivindicações atendidas.



Com o lema "Chegou a hora da onça beber água", os metalúrgicos de Catalão fecharam um dos melhores acordos do país

ALIMENTAÇÃO

Wilson Vidoto Manzon, secretário-geral da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação do Estado de São Paulo, informa que a categoria (230 mil trabalhadores, com data base em setembro, e 30 mil, com data base em novembro), conquistou reajuste salarial de até 10,30% (aumento real de até 3%) e importantes avanços na PLR, cesta básica e tíquete alimentação. "Não foi preciso greve, pois somos um bloco de pressão formado por representan-



Arquivo Força Sindical

tes de 64 sindicatos filiados à Fetiasp", informa Wilson, explicando que a estratégia vitoriosa contou com muita mobilização e assembleias nas portas de fábrica em todo o Estado.

GRÁFICOS

Leonardo Del Roy, presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas do Estado de São Paulo, reclamou que o setor patronal pretende reduzir direitos e não fez até agora uma boa proposta salarial. Na verdade, os empresários querem empurrar goela abaixo dos trabalhadores um banco de horas para não pagar horas extras. "Não aceitamos isto earemos propostas econômicas melhores, que garantam aumento real nos salários,



Arquivo Força Sindical

melhor PLR e melhorias na cesta básica".

A categoria de 100 mil trabalhadores, de 5.500 empresas em todo o Estado, é representada por 18 sindicatos filiados à Federação.

Intensificar a luta contra a desigualdade social

Combater a desigualdade social é tarefa obrigatória de todos os trabalhadores e movimentos sociais a fim de conduzir o Brasil na rota do trabalho decente. Precisa-se investir em políticas públicas para valorizar o trabalho, eliminar a pobreza e todas as formas de discriminação em matéria de gênero, etnia e ocupação.

Apesar do incremento dos programas de transferência de renda do governo federal, a desigualdade social ainda persiste no país, conforme dados do Censo 2010, divulgados pelo IBGE. Segundo o levantamento, os 10% mais ricos possuem renda média mensal 39 vezes maior do que os 10% mais pobres: R\$ 5.345,22 (mais ricos) contra R\$ 137,06.

Para a secretária de Políticas da Mulher, Maria Auxiliadora dos Santos, o trabalho do IBGE mostra que o movimento sindical tem uma tarefa árdua para eliminar o preconceito porque a renda das mulheres chega a 70% da média mensal masculina.

Além disso, a população feminina sofre mais do que os homens com o desemprego: segundo o Anuário do Sistema Público de Emprego, do Ministério do Trabalho, e do Dieese 2010/2011, desemprego atinge 11,1% entre as mulheres, ante 6,2% entre os homens.

A distância da renda entre as etnias também preocupa os trabalhadores e os movimentos sociais. Os negros têm renda mensal equivalente a 54% da média da população branca. Do Anuário do

Sistema Público de Emprego, do Ministério do Trabalho, e do Dieese 2010/2011, consta ain-

da que a taxa de desemprego entre os negros alcança 10% contra 7,3% da população branca. Entre os jovens de 18 a 20 anos, a taxa alcança increditáveis 50%.

A Força Sindical defende que o governo precisa investir na formação profissional dos trabalhadores e acelerar a implementação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Na opinião do secretário de Políticas Raciais e Étnicas da Central, Adalberto Galvão, o Bebeto, diminuir o desemprego entre os negros requer

o uso de políticas públicas de inclusão nas universidades, no serviço público e nas empresas privadas.

“É importante estabelecer o cumprimento das cotas”, assinala. O secretário da Juventude da Força Sindical, Jefferson Tiego, propôs: “investir no crescimento econômico e na qualificação profissional”.



Bebeto: políticas públicas de inclusão nas universidades e nas empresas



Auxiliadora: luta árdua para acabar com o preconceito no trabalho

INTERNACIONAL

Unidade para trabalhador enfrentar a crise

O movimento sindical precisa se unir em torno da bandeira da resistência e da mudança para impedir que o custo da crise internacional seja jogado sobre os ombros dos trabalhadores. A conclusão consta da “Carta do Rio de Janeiro”, tirada ao final da IV Conferência Internacional da Força Sindical, que terminou dia 3 de dezembro.

Segundo o secretário de Relações Inter-

nacionais da Central, Nilton Souza da Silva, o Neco, a luta para impedir que os trabalhadores paguem pela crise externa exige a participação não só de um sindicato, de uma central, ou mesmo de um país. “É uma tarefa que exige uma grande aliança e o fortalecimento da CSA e CSI, nossas organizações mundiais”, avalia Neco, ao destacar que o tema do debate foi “A crise econômica Rio+20, desenvolvimento sustentável, trabalho decente e sindicalismo”.

“Cerrar fileiras para evitar que o capital nos atropеле é uma questão de sobrevivência. Barrar políticas públicas que retirem direitos e degradem a vida do trabalhador exige mobilização constante, forte enfrentamento e ações que demonstrem, claramen-

te, que estamos dispostos a lutar pelos nossos direitos, dos quais, de forma alguma vamos abrir mão”, diz a carta.



Arquivo Força Sindical

Neco: a luta contra a crise exige uma grande aliança do movimento sindical

Conferências definem propostas para o **TRABALHO DECENTE**

As instâncias estaduais da Força Sindical entraram firme na luta pela implementação do trabalho decente no Brasil por meio da realização de conferências municipais e estaduais que têm o objetivo de tirar propostas para a Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente, marcada para maio de 2012, em Brasília.

Introduzir o trabalho decente requer o combate sistemático à pobreza e às desigualdades sociais, metas que podem ser alcançadas com políticas públicas voltadas para a redução da jornada de trabalho, sem o corte nos salários, respeito às normas internacionais da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à negociação coletiva.

“Também temos de eliminar todas as formas de trabalho forçado, como o trabalho infantil, e acabar com todas as formas de discriminação”, declara o presidente da Força Sindical-PR, Sérgio Butka, ao relatar os resultados da 5ª Conferência Macrorregional do Emprego e Trabalho Decente, que elegeu os delegados à Conferência Estadual (25 e 26 de novembro) em Curitiba.



Danilo: por a agenda do trabalho decente na ordem do dia



Dal Prá: “Uma conquista para os filiados e trabalhadores



Butka: “Eliminar todas as formas de trabalho forçado, como o infantil”



Aldo: repúdio aos atos antissindical praticados pela Odebrecht

SÃO PAULO – Foram três encontros preparatórios para a 1ª Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente (24 e 25 de novembro) em São Paulo/SP. “Apresentamos sugestões para avançar a agenda do trabalho decente”, diz Danilo Pereira, presidente da Força Sindical/SP.

GOIÁS – Em Catalão, os trabalhadores também promoveram debates sobre Trabalho Decente e escolha de delegados para a Conferência Estadual de Emprego e Trabalho Decente (24 e 25 de novembro), em Goiânia, disse Rodrigo Alves Carvelo, presidente da Força-GO.

PERNAMBUCO – Cerca de 130 entidades filiadas à Força Sindical-PE divulgaram nota de repúdio aos atos antissindical praticados pela Odebrecht nas obras da Arena da Copa, em São Lourenço da Mata, revelou Aldo Amaral, presidente da Força Sindical-PE.

RIO DE JANEIRO – A Força Sindical RJ adquiriu sede própria na Gamboa, centro do Rio. “Uma conquista muito significativa para nossos filiados e trabalhadores. Temos agora um espaço grande e adequado para cursos de formação profissional”, observa Francisco Dal Prá, presidente da central.

ELEIÇÃO

Miguel Torres é o novo presidente da CNTM

Atuar no comando das reivindicações específicas e políticas dos sindicatos de metalúrgicos filiados de todo o país é a agenda de Miguel Torres, presidente recém-eleito da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos (CNTM), da Força Sindical, para comandar a entidade nos próximos quatro anos.

Também presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, o dirigente e a nova diretoria têm o desafio de intensificar o trabalho de apoio às entidades filiadas na luta pela ampliação das conquistas econômicas, sociais e políticas para a categoria metalúrgica.

“Temos que fortalecer a nossa rede sindical de organização, por intermédio do intercâmbio de informações entre sindi-

catos, federações, confederação e Força Sindical, com o apoio dos departamentos jurídico e de comunicação e, principalmente, com a atuação dos dirigentes metalúrgicos nas portas de fábrica, junto à classe trabalhadora, nas assembleias, nos debates nacionais e internacionais e nas mobilizações em defesa do desenvolvimento econômico do Brasil”, destaca Miguel Torres.

Para ele, a nova diretoria precisa assumir o compromisso de melhorar a mobilização da categoria com o propósito de enfrentar os possíveis efeitos negativos da crise financeira global sobre o Brasil. “Assim,

devemos participar de todas as ações por emprego, melhores salários, direitos trabalhistas, contrapartidas sociais e medidas políticas que garantam investimentos nos setores produtivos”, propõe ele.



Miguel: participar das lutas por empregos, salários e direitos trabalhistas

História da luta dos trabalhadores

por: **Carolina Maria Ruy***

Em maio de 2010 a direção do Centro de Memória Sindical deu os primeiros passos para o resgate e recuperação de seu arquivo. Para isso contou com o apoio da Força Sindical, que em seu 6º Congresso (2009) criou a Secretaria de Cultura e Memória Sindical, e investiu no Centro de Memória comprando nova mobília e equipamentos. Com o Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e Região, que assumiu a responsabilidade de contratar uma equipe para trabalhar no Centro. E com o Sindicato Nacional dos Aposentados que concedeu um espaço de 90m² em seu prédio na Rua do Carmo, 171. Vale mencionar que o Centro de Memória já contava com o apoio do Sindicato dos Têxteis de SP, pois abrigava-se em suas dependências, na Rua Oiapoque, Braz, desde o início da década de 1990. É importante frisar o apoio destas instituições que acreditaram na importância do Centro de Memória mesmo em seus momentos mais difíceis.

O Centro de Memória Sindical foi fundado em 14 de julho de 1980, na Rua do Carmo, 171, então sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, como uma instituição intersindical. Seu acervo contém uma rica coleção de depoimentos de militantes sindicais, gravados e transcritos no início da década de 1980, além de materiais específicos de categorias como Metalúrgicos, Têxteis, Engenhei-

ros, Eletricitários, etc, e publicações como os jornais "A Esquerda", "A Plebe", "Folha da Manhã", estudos como "A Imprensa Negra", de Clóvis Moura, "A revolução constitucionalista", entre outros.

Na década de 1980 o nível de atividades do Centro de Memória era intenso. O Centro produziu obras como o livro "1º de Maio cem anos de luta – 1886 – 1986", escrito pelo senador italiano José Luiz Del Roio (1986). Publicava periodicamente o informativo "História Viva". E conseguiu a façanha de viabilizar o tombamento, em 1995, pelo CONDEPHAAT, do prédio das Classes Laboriosas, processo pelo qual batalhou desde 1984.

Com o tempo essas atividades foram diminuindo. A década de 1990 foi conturbada para todo o mundo do trabalho. O acirramento do neoliberalismo fomentou o desemprego e a desagregação entre os trabalhadores. Situação que abateu o movimento sindical e suas instituições. Nesta esteira o Centro viveu tempos de ostracismo. E o que era memória virou esquecimento.

Mas, contando com o abrigo dos Têxteis e com o apoio financeiro dos Metalúrgicos de Osasco, que mantiveram uma única funcionária zelando pelo Centro, o Centro de Memória atravessou esta fase, e a partir de 2007 os sindicalistas Milton Cavalo, tesoureiro do Sin-



Laçamento do Livro Primeiro de Maio, pelo Centro de Memória Sindical, em 1986

dicato dos Metalúrgicos de Osasco, e João Carlos Gonçalves, secretário geral da Força Sindical, retomaram a ideia de recuperar aquela importante documentação.

Desde então o Centro ganhou um novo espaço, uma nova mobília e novos funcionários. Produziu duas exposições de fotos, uma exposição de cartazes para a 1ª Jornada pelos Direitos Humanos (dezembro de 2010), participou da realização do Ciclo de Debates referente aos 20 anos da Força Sindical e coordenou e produziu o livro "20 anos de luta – A história da Força Sindical" (2011, Geração Editorial).

O caminho ainda é longo, mas o Centro já encontrou sua trilha. Com este esforço coletivo, o Centro de Memória volta a ter suas atividades, sendo uma referência para trabalhadores, estudantes e todos que se interessam pela história.

**Carolina Maria Ruy é jornalista, coordenadora de projetos do Centro de Cultura e Memória Sindical*

MARANHÃO

Baixo salário provoca greve de policiais

O arrocho salarial e as péssimas condições de trabalho têm causado insatisfação nos quartéis da Polícia Militar e nas delegacias da Polícia Civil causando

manifestações de protestos, greves e ocupações. Depois dos movimentos dos policiais civis de São Paulo e dos bombeiros do Rio de Janeiro, agora a luta se concentra no Maranhão, Ceará e Rio Grande do Sul.

Para o presidente da Força Sindical-MA, José Ribamar Frazão de Oliveira, a paralisação dos militares do Maranhão decorre do Regime Disciplinar do Exército (RDE), que impede a tropa de se organizar em sindicatos. Ao longo dos anos, esta política rebaixou os vencimen-

tos e deteriorou as condições de trabalho.

"Esta greve é o grito de liberdade dos policiais, que ocuparam desde o dia 22 de novembro a Assembleia Legislativa de São Luís, por recomposição da perda salarial de 11,9% e por modificações no plano de cargos", afirma Frazão.

Também em greve os policiais civis do Ceará querem salário de R\$ 4,6 mil para o agente em início de carreira. Integrantes da Brigada Militar têm protestado nas rodovias do Rio Grande do Sul por melhores salários e pela aprovação da PEC 300, que estabelece um piso nacional para policiais civis, militares e bombeiros.



Frazão: "Esta greve é o grito de liberdade dos policiais e dos bombeiros"